

A DISPARIDADE ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA JUSTIÇA: O IMPACTO DAS MULTAS COMO PUNIÇÃO PARA CRIMES EM DIFERENTES CLASSES SOCIAIS

Ana Carolina Oliveira Araújo

Centro Universitário UNA

Direito, Aimorés | fabio.guimaraes@animaeducacao.com.br

INTRODUÇÃO

Se a pena de um crime é uma multa, então a lei só existe para os mais pobres. Essa disparidade revela um sistema que penaliza desproporcionalmente os mais vulneráveis, comprometendo a equidade e a eficácia das punições.

OBJETIVOS

Discutir a aplicação desigual de multas para entender os desafios de um sistema jurídico que, idealmente, deveria assegurar justiça proporcional e dignidade para todos.

METODOLOGIA

Este trabalho, de abordagem qualitativa e teórica, analisa as desigualdades na aplicação de multas no sistema jurídico brasileiro, fundamentando-se em autores como Rawls, Roxin, Foucault e Zehr. Propondo alternativas que ajudam a promover maior equidade social.



RESULTADOS

A aplicação de multas fixas penaliza desproporcionalmente os mais pobres, perpetuando a exclusão social. Propostas como multas proporcionais à renda, serviço comunitário e programas de reabilitação representam alternativas viáveis, alinhadas aos princípios de justiça social e ressocialização. Tais mudanças são um imperativo ético para garantir equidade, dignidade humana e reintegração efetiva.

CONCLUSÕES

O estudo concluiu que multas fixas aprofundam desigualdades sociais, penalizando desproporcionalmente os mais pobres, e propõe alternativas como multas proporcionais e medidas restaurativas para promover justiça e equidade.

BIBLIOGRAFIA

RAWLS, John. ROXIN, Claus. O'DONNELL, Ian. FOUCAULT, Michel. ZEHR, Howard.